Revista Comunicação Cultura & Sociedade
ISSN: 2317-7519
DOSSIÊ IV COLÓQUIO MATO-GROSSENSE DE EDUCOMUNICAÇÃO
EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, INTERCULTURAL E INDÍGENA
Edição 19, V. 12, Ano 11, Nº 1, 2026

DO JORNALISMO INDÍGENA AO ETNOJORNALISMO
ENTREVISTA COM A JORNALISTA HELENA COREZOMAÉ

FROM INDIGENOUS JOURNALISM TO ETHNO-JOURNALISM
INTERVIEW WITH JOURNALIST HELENA COREZOMAÉ

RESUMO

O mês de agosto de 2026 trouxe duas mobilizações marcantes com o Dia Internacional dos Povos Indígenas, celebrado no dia 9 de agosto desde 1982, e o lançamento de Poranga Marandúa – Manual de Redação do Jornalismo Indígena, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 10 de agosto. Como um *continuum* de mobilização, o Bem-Viver, a defesa socioambiental e a comunicação suscitaram reflexões dos povos e organizações nas redes sociais digitais. Mais que orientações, o Poranga Marandúa apresenta conceitos, práticas e abordagens para uma cobertura que respeite a perspectiva de cada povo e combata estereótipos, racismo, invisibilidade e representações inadequadas, praticados em redações hegemônicas. Este cuidado está incorporado no etnojornalismo, que conta com autonomia editorial comprometida com a defesa da vida e dos territórios para ampliar a visibilidade indígena, suas narrativas e histórias, com a cooperação dos envolvidos que indicam seleção de temas, critérios de relevância, fontes pertinentes, estéticas e linguagens próprias em respeito às culturas ancestrais. Uma das articuladoras do Manual, Helena Corezomaé é a única indígena jornalista em Mato Grosso, com atuação marcada de militância em prol dos Povos. Escritora, repórter, editora, assessora, produtora cultural, cineasta e fotógrafa, Helena Indiara Ferreira Corezomaé é egressa da primeira turma do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (2010-2015) da Universidade Federal de Mato Grosso, por meio de cotas; é mestre em Antropologia Social (2018) pela instituição. Atuou como jornalista em veículos tradicionais, propondo pautas indígenas e enfrentou desafios no percurso, estando. atualmente, na Operação Amazônia Nativa (OPAN), primeira organização indigenista no país, fundada em 1969. Paralelamente, Helena é conselheira e uma das coordenadoras da rede de cineastas indígenas do Brasil – Katahirine – e conselheira da Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (Abrinjor). Em sua visão, há muitos equívocos sobre os povos indígenas, que são sustentados por convenções hegemônicas, dentre as quais o termo bugres, pejorativo e inadequado para designar os indígenas – o seu território ancestral localiza-se no município de Barra do Bugres que, segundo a jornalista, deveria ser Barra dos Balatiponé. Nesta entrevista, a revista Comunicação, Cultura e Sociedade discute o etnojornalismo e o Outro no Jornalismo, tendo por base Poranga Marandúa.

ABSTRACT

August 2026 saw two events: the International Day of the World's Indigenous Peoples—observed on August 9th since 1982 – and the launch of Poranga Marandúa – Indigenous Journalism Writing Manual at the Chamber of Deputies in Brasília on August 10th. As part of an ongoing movement, concepts such as Bem Viver (Good Living), socio-environmental advocacy, and communication sparked reflection among Indigenous peoples and organizations across digital social networks. More than just a set of guidelines, Poranga Marandúa presents concepts, practices, and approaches for media coverage that respects each people's perspective and combats the stereotypes, racism, invisibility, and inappropriate representations often found in mainstream newsrooms. This approach is central to ethno-journalism, which relies on editorial autonomy committed to defending life and territories; it seeks to amplify Indigenous visibility, narratives, and histories through the collaboration of those involved – who help select topics and criteria for relevance, identify pertinent sources, and determine aesthetics and language that respect ancestral cultures. One of the manual's key organizers, Helena Corezomaé, is the only Indigenous journalist

in Mato Grosso and is known for her activism on behalf of Indigenous peoples. A writer, reporter, editor, advisor, cultural producer, filmmaker, and photographer, Helena Indiara Ferreira Corezomaé graduated from the Federal University of Mato Grosso's inaugural Social Communication class (Journalism specialization, 2010–2015) via the affirmative action quota system and holds a master's degree in social Anthropology (2018) from the same institution. She has worked as a journalist for mainstream media outlets, proposing Indigenous-focused stories and overcoming various challenges along the way. She currently works with Operação Amazônia Nativa (OPAN), the country's first pro-Indigenous organization, founded in 1969. Concurrently, Helena serves as an advisor and coordinator for the Brazilian network of Indigenous filmmakers – Katahirine – and as an advisor to the Brazilian Network of Indigenous Journalists (Abrinjor). She believes there are misconceptions about indigenous peoples, perpetuated by hegemonic conventions, such as the term bugres, a pejorative and inappropriate label for Indigenous people. Her ancestral territory lies within the municipality of Barra do Bugres, which, according to the journalist, should be named Barra dos Balatiponé. In this interview, Comunicação, Cultura e Sociedade journal discusses ethno-journalism and the concept of the Other in journalism, drawing upon Poranga Marandúa.

Apresentação: a comunicação indígena como ferramenta de resistência

Em mais de cinco séculos de colonização[35], a população indígena se reinventou com o movimento indígena, enfrentando desafios diante da violência do contato, que resultou em doenças, declínio populacional e perda da língua nativa. Aceitaram a língua do branco (o Outro que se apresentou como superior), como foi o caso dos Balatiponé[36]. Para Milton Santos (2020), isto é resultado das forças hegemônicas do território usado que dificultam o acesso efetivo aos bens e serviços para a maioria das pessoas. Nesse processo de fortalecimento, a comunidade vem recuperando suas tradições, memórias, rituais e a língua materna pela ação de educadores na Educação Escolar Indígena, em cooperação com anciãos e

[35] Nos tempos da colonização portuguesa, o país contava com população de aproximadamente dez milhões de indígenas, centenas de etnias falando sua língua materna. Hoje, são apenas 1,6 milhão, 305 etnias e 274 línguas, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Em Mato Grosso, são 58,3 mil pessoas e a maior parte (97,34%) reside em Territórios Indígenas (TI) – são 195 povos e 114 línguas. O aumento populacional pode estar ligado a questões de migração, refúgio e solicitação de refúgio (IBGE, 2025, p. 70), pois o Censo aplicou quesitos diversos do censo anterior, permitindo que o declarante apontasse raça/cor, até duas etnias e o seu pertencimento indígena dentro e fora de TI. Para exemplificar essa situação, dos 195 povos em MT, muitos contavam com apenas uma pessoa no estado, como é o caso de 37 delas.

[36] O TI Umutina apresenta população de 396 indígenas e sete línguas faladas entre os nove povos que o compõe – Balatiponé, Bakairi, Bororo, Kaiabi, Mamaindê (Nambikwara), Manoki (Irantxe), Paresí e Tupi-Mondé. Os anfitriões não são mais falantes de sua língua nativa em consequência do contato colonial sofrido entre 1911 até 1943. Com o processo de violência, os Balatiponé perderam a sua terra tradicional e foram impactados com doenças que causaram declive populacional. Com os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, conquista do movimento indígena articulado nas décadas de 1970-80, as organizações se fortaleceram contra os riscos potenciais, como a exploração dos recursos naturais por pescadores, o avanço do sistema fundiário sobre suas terras, o desmatamento e queimadas, são elas: a Associação da Comunidade Umutina, a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado e a Takiná Organização de Mulheres Indígenas do Mato Grosso.

lideranças. Conquista do movimento indígena, o direito à comunicação é direito humano fundamental e coletivo que garante autonomia para que os povos produzam, recebam e difundam informações em suas línguas[37].

A comunicação é ferramenta de resistência política, preservação cultural para a demarcação de territórios, também de combate ao silenciamento histórico imposto pela mídia hegemônica. As ações comunicacionais surgem em práticas de resistência, do seu protagonismo midiático[38], da superação de barreiras informacionais e ausência de circulação de informações produzidas nas aldeias.

Neste contexto, o Manual de Redação do Jornalismo Indígena surge para qualificar a cobertura da grande mídia e compreensão das formas de cada Povo[39]. Essa mobilização lança luzes sobre o jornalismo indígena, praticado tanto pelos povos quanto por organizações (com ou sobre), podendo estar presente em veículos hegemônicos, no contexto do Jornalismo como emancipação cultural em que as vozes dissonantes são acionadas em defesa da posição inicial (Oliveira, 2017). Historicamente, este tipo de ação está vinculado à comunicação alternativa que dava espaço às lideranças indígenas como contraponto ao fechamento da mídia tradicional pela Ditadura Militada (Munduruku, 2012).

Neste âmbito, o etnojornalismo é popular e comunitário, elaborado de forma participativa e democrática, para dar visibilidade à voz dos membros de determinada comunidade, demarcando sua atuação distinta dos modos de produção, expressão e distribuição hegemônicos (Kaseker, 2019).

[37] Esta prática está fundamentada em sua autonomia linguística, instituída pela Declaração da Organização das Nações Unidas – ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (previsão de manutenção de meios de comunicação em seus idiomas) e a Constituição Federal de 1988 (acesso igualitário a todas as formas de mídia não-indígena para a cidadania ativa).

[38] São percebidas pelo menos três potencializações de sua ação comunicacional: protagonismo midiático que se refere aos coletivos que atuam como contraponto a estereótipos racistas da grande mídia); a superação de barreiras informacionais, presente na ausência de políticas linguísticas, tradutores e infraestrutura tecnológica nas aldeias para o pleno acesso a serviços públicos e direitos básicos; e a circulação de informações produzidas nas aldeias, com pautas sobre saúde, educação e demarcação de terras, dentre outras.

[39] Como movimento social, o movimento indígena apresenta cenários antes e pós-Constituição e nos anos 2000 com o fortalecimento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib), que possibilita compreender sua comunicação, que nasce na oralidade ancestral e se apropria das redes digitais para a resistência de protagonismo que dê visibilidade às suas ações. O cerne do documento é a identidade do modo de produção dos indígenas jornalistas, detalhado no terceiro capítulo (Indígenas jornalistas e o jornalismo indígena: o direito a falar de NÓS e os desafios ao abrir caminhos). Os últimos capítulos trazem as condutas para o diálogo e respeito aos indígenas jornalistas, povos, organizações e comunidades, além de conceitos ultrapassados.

Comunicação, Cultura e Sociedade (CCS):

No percurso da entrevista com Helena Corezomaé, a revista Comunicação, Cultura e Sociedade suscita reflexões sobre o Outro no Jornalismo, sujeito indígena que Poranga Marandúa apresenta como interlocutor para a produção hegemônica tomar consciência de que o seu fazer-saber jornalístico não lhe dá o direito de falar a partir de seu mundo, a partir de convenções, em nome de povos, organizações e indígenas. Na vida de Helena Corezomaé, currículo e militância são sinônimos de luta em prol dos povos indígenas. Sua formação em Jornalismo na graduação e em Antropologia Social no mestrado é fundamento para sua atuação como escritora, repórter, editora, assessora, produtora cultural, cineasta e fotógrafa. Em seus diálogos, é comum perceber questionamentos acerca de expressões como ser jornalista indígena ou ser indígena jornalista em uma sociedade hegemônica marcada por um jornalismo que se acostumou a perguntar de fora, a olhar o Outro para interpretar sua fala e lugar, ignorando o direito à pronúncia do mundo no sentido de dizer sua palavra (Freire, 2018). Diante dessa perspectiva permeada de contextos específicos, como você Helena Corezomaé, corvivencia o seu ser Balatiponé na profissão?

Helena Corezomaé:

Indígena jornalista. A escolha pela profissão veio depois, antes de tudo somos indígenas. Por isso, inclusive a Abrinjor é Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas e não ao contrário. Sempre me apresento como indígena do povo Balatiponé e depois, a minha profissão.

CCS: Suscinta, a resposta da jornalista apresenta contextos históricos e sociais que necessitam de averiguação, pois identidade não pode ser relacionada à aparência nem ao consumo de objetos tecnológicos, por exemplo. De acordo com Poranga Marandúa, afirmação e identidade indígenas não podem ser medidas por réguas coloniais nem de validação dos não-indígenas, herdeiros da colonização. Além disso, viver em contextos urbanos não diminui a identidade ética, pelo contrário, exige muito mais, visto que os sujeitos indígenas precisam de adaptação e reafirmação cotidiana. Outro aspecto vital é o coletivo, o que exige do jornalista identificar corretamente a etnia e autodenominação do grupo que é distinta da

denominação do colonizador. A vivência de absurdos nos meios jornalístico e acadêmico foram percebidos como tentativa de apagamento e de silenciamento. Na convivência com os colegas de redação em veículos jornalísticos de Mato Grosso, Helena foi alvo de brincadeiras, com as pessoas tocando seus brincos de adornos Balatiponé, sua pele e cabelo como se fosse um objeto autorizado a ser tocado naquele espaço, além de ser questionada se não teria vergonha de dizer que é indígena. Após a defesa do mestrado, um docente apontou o título de mestre como uma condição para não mais ser indígena. Sua vida de repórter foi construída entre a grande mídia (TV Centro América, afiliada da Rede Globo) e o ativismo indigenista. Como é ser indígena jornalista em espaços hegemônicos?

Helena Corezomaé: Muito difícil! Nesses locais, sempre fui a única indígena jornalista. Em Mato Grosso, sou a única no estado. As redações são o reflexo da nossa sociedade que não conhece e é extremamente racista em relação aos povos indígenas. Então, existe muito preconceito e desenvolver as pautas indígenas, era muito uma missão minha, mas que não é dos veículos de comunicação. Vivenciei uma espécie de solidão profissional, pois quando buscava uma pauta vinculada aos povos indígenas, muitas vezes, realizava fora do expediente e com financiamento de terceiros, como a Agência Pública. Esse esforço individual de cobertura de uma pauta era resultado de um trabalho imenso para levantar os dados, analisar, publicar, sem apoio estrutural.

CCS: De acordo com o Manual, o jornalismo indígena inicia-se com as primeiras vozes que comunicaram e documentaram o processo de resistência com suas próprias narrativas e defesa de seus direitos, não com os cursos e os veículos de comunicação. Entre as lideranças percussoras da comunicação indígenas, o Manual destaca: Andila Kaingang, Álvaro Tukano, Eliane Potiguara, Marçal Tupã'Y, Xicão Xukuru, Angelo Kretã, Daniel Cabixi, Biraci Yawanawá. Criada em 1980, a União das Nações Indígenas (Uni) apresentou importantes pautas sobre os direitos indígenas que se tornaram as bases para os artigos 231 e 232 da Constituição Federal. Na sequência vieram organizações, criadas nas décadas de 1980 (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e

Espírito Santo – Apoinme) e 1990 (Comissão Articuladora dos Povos Indígenas do Brasil – Capoib), A partir de 2004, o Acampamento Terra Livre (ATL) ampliou a luta e possibilitou a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) – agregando antigas e novas organizações. No âmbito comunicacional, a Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (Abrinjor) é um espaço coletivo de articulação política, formação profissional e produção de conhecimento. Como você está entre as conselheiras da Abrinjor, poderia nos dizer como a organização articula suas frentes de atuação e como você percebe essa trajetória para o atual cenário e novos horizontes, considerando o histórico da comunicação indígena no país e em Mato Grosso?

Helena Corezomaé: Temos um número alto de comunicadores indígenas no país. Segundo a Mídia Indígena, que lançou um documento no último ano, são mais de mil no país. Entretanto, um levantamento da Abrinjor mostra que no país são 37 indígenas jornalistas e 28 estudantes de jornalismo. Isso, em todo país. É um número muito pequeno diante do número de comunicadores e o que defendemos é a profissionalização e o acesso a cursos superiores para esses comunicadores, seja no cinema, produção ou curso de jornalismo mesmo para que atuem de forma técnica nessa cobertura que é muito importante. A Abrinjor lançou no dia 10 de agosto deste ano, o manual de redação indígena. Penso que esse será um importante documento para a imprensa brasileira, que falha muito ao cobrir a pauta indígena. No último ano também realizamos o nosso primeiro encontro de jornalistas e foi ali que começamos a construir o manual. Assim como a Rede Katahirine tem sido uma ponte para indicação de trabalho, também a Abrinjor atua para defender os povos indígenas em nossa área.

CCS: Você está entre os 40 povos que produziram Poranga Marandúa que significa boas notícias, na língua Nheengatu, do tronco Tupi-Guarani, homenagem à Andreza Baré, primeira indígena formada em Jornalismo no Brasil. O manual discute linguagem, representação e ética na cobertura de pautas indígenas, e se apresenta como uma contribuição para o jornalismo brasileiro. Também será uma oportunidade de networking e fortalecimento de redes entre profissionais comprometidos com narrativas mais diversas e plurais. O Manual contou com o

apoio de diversas organizações, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj. Como têm sido a receptividade do Manual entre os jornalistas, principalmente, de veículos hegemônicos?

Helena Corezomaé: O lançamento é recente, mas muitos têm procurado. Na verdade, muitos desses veículos já estão ligados à pauta indígena. A grande imprensa ainda não. No lançamento não tivemos a participação de muitos veículos, mas a cobertura sobre o material foi interessante, embora não de forma tão abrangente. Antes do lançamento oficial em Brasília, participamos de uma mesa redonda no Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Abraji sobre o manual e naquele momento, mencionei sobre o uso inadequado e pejorativo da palavra bugre, pois o município de Barra do Bugres deveria ser Barra dos Balatiponé, onde se localiza o nosso território. No site da OPAN, o artigo Um presente e um recado à imprensa: leiam, aprendam e façam um jornalismo melhor, além de contextualizar o lançamento do manual, falo da solidão enfrentada em veículos hegemônicos, da minha formação acadêmica e dos absurdos estereotipados enfrentados. Destaco que as vivências da vida e da profissão na Abrinjor foram fundamentais para a construção dessa ferramenta capaz de transformar a cobertura sobre nós, povos originários, no país. Não participei do lançamento do manual em Brasília porque estava em outro lançamento, em São Paulo, que se soma às iniciativas suscitadas nesse âmbito. O Curso Pública de Jornalismo, da Agência Pública, selecionou 10 profissionais para a primeira edição de trainee, exclusivo a jornalistas negros, indígenas e trans, com uma bolsa-auxílio de R$2.000,00 mensais, que garantirá suporte financeiro fundamental para a permanência dos participantes.

CCS: Voltando ao cenário mato-grossense, o site da OPAN – Amazônia Nativa é um veículo jornalístico que atua com jornalismo independente, apontado por estudo que averiguou o etnojornalismo em Mato Grosso (Pereira, 2025), com pautas que tratam da agenda climática, da gestão territorial e de temas voltados para alimentação, saúde e cultura, dentre outros, com destaque para os povos indígenas residentes no estado. Nas duas matérias analisadas, o tom foi de denúncia à Funai e à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) diante de casos de desnutrição infantil e

doenças respiratórias e da escassez de conchas no rio Arinos devido à construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE), que afetaram os povos Xavante e Rikbaktsa, respectivamente. Com pautas que atuam como prestação de serviço aos parceiros de projetos e com críticas contundentes aos agentes envolvidos, é possível dizer que o site da OPAN demarca seu lugar de fala em defesa da causa indígena, com críticas explícitas aos órgãos vinculados às políticas indigenistas e à sociedade como todo?

Helena Corezomaé: A OPAN é a organização indigenista mais antiga do país, e tem uma atuação em Mato Grosso muito forte com os povos indígenas, especialmente da bacia do Juruena e do Araguaia. Nesses locais, atua em várias frentes, principalmente, para a garantia do direito territorial dos povos indígenas e em pautas que coloquem em risco as comunidades. Nessa linha podemos sugerir e desenvolver matérias ligadas a esses assuntos, de forma a contribuir com essas pautas. Além disso, a OPAN tem um papel muito importante que é de elaborar documentos, estudos sobre essas violências e com base nisso, a equipe de comunicação atua para dar visibilidade a essas pautas, que muitas vezes, não são prioridade para os veículos de comunicação. Nessas matérias analisadas, a OPAN alertou à Funai e à Sesai para casos de desnutrição infantil e de doenças respiratórias na TI Marãiwatsédé, pois eram evidentes que se tratava das consequências da devastação de seu território, entre 1966 e 2013, que marcaram a expulsão do grupo de suas terras e seu retorno após desintrusão e expulsão de fazendeiros por decisão judicial. No caso da matéria sobre o colar sagrado do povo Rikbaktsa, surgiu de um projeto que financiava sua produção como uma conexão ambiental do Povo com o território e sua história, e que estava correndo risco devido à construção de Usina Hidrelétrica (UHE) no rio Arinos.

CCS: Como cineasta, Helena Corezomaé atua como uma das coordenadoras e conselheiras da Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas – Katahirine, um espaço coletivo de fortalecimento e visibilidade da produção audiovisual de mulheres indígenas do Brasil e América Latina. Com atenção ao protagonismo das mulheres, a Rede toma decisões e realiza a gestão de recursos de realizações audiovisuais, tendo a concepção de mundo e de vida da etnia de seus membros. Da etnia

Manchineri, Katahirine é um termo que significa constelação, fazendo da rede um espaço de pluralidade, conexão e de união dessas mulheres que se apoiam e promovem as mulheres indígenas no audiovisual brasileiro. Sua existência está vinculada ao projeto Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas, vinculada à experiência de formação audiovisual e política com comunidades indígenas, realizada pelo Instituto Catitu. Como a articulação da Rede Katahirine amplia a participação das mulheres indígenas em festivais nacional e internacional, assim como dando a conhecer sua produção?

Helena Corezomaé: A nossa atuação é muito ampla, muito mesmo. Inicialmente, começamos fazendo o mapeamento de todas as cineastas indígenas do país. Depois, houve o lançamento do nosso site, que organiza todas as cineastas por biomas. O único bioma que ainda não identificamos indígenas cineastas é no Pantanal. Na sequência, realizamos o Prêmio Katahirine que possibilitou que uma das cineastas realizasse a compra de equipamentos; também, com a conclusão de 10 projetos de filmes. Além disso, realizamos exibições de filmes e documentários nos territórios, atividade que é realizada pelas articuladoras. Estamos sendo a ponte para trabalhos e divulgação das cineastas, que participam de trabalhos, eventos, formações, enfim, de tudo relacionado à comunicação. Nós estamos nos organizando para lançar um manual e um mapeamento das cineastas. Documento importante que estará disponível em setembro. A repercussão em festivais nacionais e internacionais é intensa, com a nossa participação em festivais e eventos sobre o cinema e a produção audiovisual, em geral.

CCS: No âmbito jornalístico, os horizontes passam pela formação universitária de graduação e pós-graduação. Da primeira Licenciatura Intercultural Indígena que foi inaugurado pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), como resposta à luta do movimento indígena, o estado foi protagonista de uma formação específica e diferenciada que considera os saberes indígenas. Celebrando 25 anos daquela primeira que ofertou 200 vagas, sendo 20 destinadas para professores de outros estados, em 2001, a Unemat ofereceu o primeiro bacharelado em Enfermagem Intercultural do país. Outros bacharelados e cursos superiores de tecnologia diferenciados estão em oferta por instituições, facilitados por políticas

públicas inclusivas em nível federal e estadual, como necessidade para o custeio pedagógico e de deslocamentos territoriais, fluvial e terrestre. Além disso, percebe-se indígenas jornalistas e cineastas como convidados em eventos organizados por instituições e universidades, dando maior visibilidade à luta indígena. Como você avalia essa questão, que recentemente, que foi uma das convidadas do IV Colóquio Mato-grossense de Educomunicação, em 2025; e da mesa redonda no 25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo sobre povos originários e etnojornalismo perante a crise climática?

Helena Corezomaé: É muito importante. Participei de eventos da Unemat, como palestrante no IV Colóquio Mato-grossense de Educomunicação, em 2025, e de curso no âmbito do projeto de pesquisa Educomunicação Socioambiental e Mudança Climática em Territórios Indígenas de Mato Grosso, em 2026 – em ambos com outros indígenas cineastas. Também, de uma mesa redonda no 25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo sobre povos originários e etnojornalismo perante a crise climática, organizada pela Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej). Nossa luta tem sido também de que haja nas universidades políticas de permanência, como aquela da UFMT que fui beneficiada, para além dos processos de acesso específicos. As cotas não contemplam as populações dos territórios. Para a inclusão de indígenas nas universidades, nas redações e na atuação do jornalismo, é preciso desconstruir o que as pessoas pensam e idealizam sobre nós. Nós percebemos a importância de se colocar nesse espaço dando maior visibilidade à causa dos nossos territórios e do nosso povo. No meu caso, o interesse pelo jornalismo veio após uma fiscalização de pesca predatória da Polícia Federal no meu território, em 2009. Sem ouvir ninguém da comunidade, os agentes utilizaram spray de pimenta contra as lideranças que foram ao porto indagar sobre o ocorrido, deixando pessoas feridas. No ano seguinte, ingressei na primeira turma por cotas da UFMT. A Universidade Federal Indígena (Unind) é um sonho que está se tornando realidade, mas ressaltamos também a necessidade da continuidade desses programas das universidades, que estão mais próximas dos territórios e devem oferecer vagas aos povos indígenas com a garantia de permanência. Nossas organizações podem somar à luta das universidades que queiram oferecer cursos específicos, como a Unemat, com foco também na comunicação e no

jornalismo. Todo tipo de iniciativa para a inclusão dos povos indígenas na universidade é válido. Os povos que estão nos territórios ainda não conseguem acessar a universidade por meio das cotas, é necessário políticas específicas para o acesso e permanência de quem vem dos territórios.

Referências

ABRINJOR. Associação Brasileira de Indígenas Jornalísticas. Poranga Marandúa. **Manual de Redação do Jornalismo Indígena**. Editora Instituto Kaingáng Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12DfrDzVTjFOmbiSLR85PFQW2-kIb_2az/view. Acesso em 12 ago. 2026.

ABRINJOR lança manual de jornalismo indígena Poranga Marandúa. **Cenarium**, Brasília, 11 ago. 2026. Disponível em: https://revistacenarium.com.br/abrinjor-lanca-manual-de-jornalismo-indigena-poranga-marandua/. Acesso em: 12 Ago. 2026.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

ANTUNES, C. A construção de um etnojornalismo indígena como ferramenta de luta. In: **Observatório da Imprensa**. Edição 1286. 3 mai. 2024. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/a-construcao-de-um-etnojornalismoindigena-como-ferramenta-de-luta/. Acesso em 12 ago. 2026.

COREZOMAÉ, H. Um presente e um recado à imprensa: leiam, aprendam e façam um jornalismo melhor. **Operação Nativa Mato Grosso** OPAN. Cuiabá, 12 ago. 2026. Disponível em: https://amazonianativa.org.br/2026/08/12/um-presente-e-um-recado-a-imprensa-leiam-aprendam-e-facam-um-jornalismo-melhor. Acesso em: 17 ago. 2026.

DE FIGUEIREDO, G. G.; DOS SANTOS, J. V. “Vizinhar” e descolonizar a comunicação na (s) Amazônia (s): entrevista de Joelma Gitahy de Figueiredo. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 5, n. 1, p. 238-250, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/56530. Acesso em: 12 ago. 2026.

FANTE, E. GALLAS, D. (Orgs). **Como cobrir temas indígenas**: recomendações de jornalistas indígenas a jornalistas não indígenas. Porto Alegre, RS: Ed. dos Autores, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

KASEKER, M. P. Apontamentos sobre o conceito de etnojornalismo. In: HRENECHEN, V. C. de A. T. **Comunicação e jornalismo**: conceitos e tendências. (Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências; v. 3). Ponta Grossa (PR): Atena Editora, p. 36-45, 2019.

IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KASEKER, M. P. Apontamentos sobre o conceito de etnojornalismo. In: HRENECHEN, V. C. de A. T. **Comunicação e jornalismo**: conceitos e tendências. Ponta Grossa: Atena Ed., p. 36-45, 2019.

KATAHIRINE. Rede Audiovisual das Mulheres Indígena. **A Rede**. Disponível em: https://katahirine.org.br/a-rede. Acesso em: 12 ago. 2026.

LIMA, A. dos S. A comunicação feita por indígenas é o arco e flecha do século 21. **Newsletter Farol Jornalismo**, 10 dez. 2023. Disponível em: https://faroljornalismo.substack.com/p/acomunicacao-feitas-por-indigenas. Acesso em: 21 mai. 2025.

MANUAL de jornalismo criado por indígenas orienta cobertura sobre povos originários. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/novo-em-folha/2026/08/manual-de-jornalismo-criado-por-indigenas-orienta-cobertura-sobre-povos-originarios.shtml. Acesso em 12 ago. 2026.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro** (1970-1990). São Paulo: Paulus, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, 2007. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 2 ago. 2026.

OLIVEIRA, D. de. **Jornalismo e Emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.

PORANGA Marandúa: manual de redação do jornalismo indígena. **Abrinjor**. Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas. Ronda Alta, Terra Indígena Serrinha, RS: Editora Instituto Kaingáng, INKA, 2026.

PEREIRA, A. A. Do jornalismo indígena ao etnojornalismo: a atuação do OPAN e do ISA em Mato Grosso. In: **Anais** 23º Enc. Nac. Pesq. Jornalismo, Ponta Grossa, 2025, Ponta Grossa, 2025. Disponível em: https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2025/trabalhos/do-jornalismo-indigena-ao-etnojornalismo-a-atuacao-do-opan-e-do-isa-em-mato-gros?lang=pt-br Acesso em: 12 ago. 2026.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed.USP, 2020.

Recebido em: 13 de agosto de 2026.
Aprovado em: 14 de outubro de 2026.